

A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NO RECURSO HUMANO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE FORTALEZA

Célia Camelo de Sousa

Mestranda em Educação Brasileira pela UFC e bolsista Funcap.

Universidade Federal do Ceará

E-mail: celitapedagoga@hotmail.com

Introdução

Ao longo dos tempos o comportamento humano tem a capacidade de superação, seja na vida pessoal ou profissional. O homem é dotado de uma mente racional e até mesmo irracional em determinadas questões. Nisto o mundo gera fortes transformações que passa a repercutir no cotidiano humano, entre outros aspectos a vida religiosa.

Neste sentido no mundo com suas transformações, faz surgir diversas religiões que procuram guiar as pessoas para os seus interesses, porém, apesar das diversas religiões, católica, evangélica, espiritismo, umbanda, budismo e outras que permite cultivar um culto de crenças. Estas crenças podem trazer para sua vida algo de bom, como usufruir da fé, também temos pontos negativos, como a fé pode trazer algum transtorno para o indivíduo.

A proposta deste artigo é estudar a influência da religião nos Recursos Humanos (RH). Para efeito desse estudo, recortamos o Tribunal de Justiça (TJ) de Fortaleza, localizado no Bairro Messejana (Cambéba, Centro Administrativo do

Governo do Ceará). Adotamos como foco específico a capela Nossa Senhora de Fátima, em que se encontram inserida no TJ, com muitos fiéis católicos, ou seja, funcionários que possuem a religião católica como praticante.

A religiosidade no TJ é uma prova viva da influencia dos funcionários, mas também, das pessoas que chegam ali com algum problema e procura a capela para fazer seus pedidos. O ambiente apesar de pequeno tem a intenção de realizar missas e ser um espaço de descanso sagrado aos que ali estão. Para nortear o desenvolvimento da pesquisa, partimos da seguinte indagação: Quais as influências que a religião católica oferece no Recurso Humano do Tribunal de Justiça de Fortaleza?

A fim de buscar solução para o problema, o primeiro momento tentaremos mencionar um pouco sobre a teoria dos Recursos Humanos e da Religião; no segundo momento pesquisaremos a influência da religião no Recurso Humano do TJ, possibilitando identificar a quantidade de pessoas católicas no lugar; o que acham da capela do TJ; qual a influencia da capela entre os católicos do RH (pontos positivos e negativos). Esses são fatores, de se pensar no desenvolvimento desta pesquisa, possibilitando uma maior interação entre os sujeitos envolvidos e o objeto de estudo.

Recursos Humanos x Religião

Os Recursos Humanos (RH) é uma atividade bastante antiga, em que podemos observar isto desde os agrupamentos, ou seja, nos trabalhos de grupos, em especial nas coletas de

frutas, na caça, na pesca, na agricultura e criação de animais. Mas foi no cenário administrativo que o RH passou a se destacar, relacionando com a ação econômica, política e religião.

No século XVIII, com a Revolução Industrial o RH passou a ser marcante dentro do mundo empresarial. Destacam-se várias características como: as organizações passaram a realizar planejamento, estrutura, direção e uma massa executante; se inseriram no trabalho em grupo a hierarquização; uma forte burocracia (regras de jogo), porém desde dá antiguidade já era visível esse elemento autoritário.

No período da Revolução Industrial foi caracterizado pela máquina e as ferramentas, gerando assim, o aumento da produção e do comércio das riquezas. Com essa nova ordem do capitalismo surgiu a divisão do trabalho, em que cada indivíduo era nomeado para determinada tarefa, como o trabalho na mineração, na indústria, no comércio, etc.

Os Recursos Humanos ao longo dos tempos passaram por várias nomenclaturas como: “ departamentos, diretoria, seção, setor, etc, suas funções são as que são próprias ao exercício de qualquer chefia, ou seja, seleção, liderança, treinamento, desenvolvimento etc” (TOLEDO, 1991, p.33). Portanto, o RH é um órgão que executa essas mudanças, de forma técnica e abrangente, para o desenvolvimento de uma organização.

Não há dúvidas do progressivo crescimento dos recursos humanos propiciados pelo mundo civilizatório. O alto índice de domínio do homem sobre a natureza, o progresso da burocracia, o domínio da ciência nas várias áreas do conhecimento. Agora uma indagação: se a civilização propiciou aos

indivíduos esse alto grau de desenvolvimento tecnológico, por que parte da civilização continua insatisfeita com o progresso civilizatório? Como diria Freud o homem se tornou um Deus de prótese, isto é, um ser de grande poder sobre a natureza. Será que a civilização também se preocupou com a qualidade emocional e afetiva de seus participantes? Esse progresso também se realizou nos tratos das relações humanas?

Embora a humanidade tenha efetuado avanços contínuos no seu controle sobre a natureza podendo efetuar outros ainda maiores, não é possível estabelecer com certeza que um progresso semelhante tenha sido feito no trato dos assuntos humanos; e provavelmente em todos os períodos, tal como hoje novamente, muitas pessoas perguntaram se vale realmente a pena defender a pouca civilização que foi assim adquirida, pensar-se-ia ser possível um reordenamento das relações humanas, que removeria as fontes de insatisfação para com a civilização pela renúncia a coerção e a repressão dos instintos, de sorte, imperturbados pela discórdia interna, os homens pudessem dedicar-se a aquisição da riqueza e a sua fruição (FREUD, 1969, p. 17).

A citação nos remete a pensar que o alto grau de desenvolvimento cultural não atingiu o mesmo grau no que diz respeito às relações humanas. Parte dos indivíduos continuam insatisfeitos com a vida civilizatória. Outro ponto que se percebe na passagem é que o desenvolvimento tecnológico não quer dizer necessariamente desenvolvimento humano. Estamos numa sociedade do mais alto progresso e uma parcela não tão pequena continua atrasada emocionalmente e

afetivamente, isso mostra que as alterações que ocorreram no campo econômico e científico, não se deram da mesma forma que no campo psicológico. As exigências impostas pelo mundo civilizado deixaram uma parte da sociedade infeliz por não realizar os seus desejos. Por que os indivíduos procuram outros campos culturais para amenizar as suas dores, como por exemplo, o sentimento religioso.

A civilização nos faz muitas promessas e quando essas promessas não são realizadas ocorrem profundas insatisfações e uma das formas que os indivíduos buscam para amortecê-la é através do espaço religioso. Nesse sentido a civilização valoriza a religião como forma de domar os instintos e protegê-la para que não venha explodir um dia. FREUD (1969, p.50) ressalta que

A religião, é claro, desempenhou grandes serviços para a civilização humana. Contribuiu muito para domar os instintos associativos. Mas não o suficiente. Dominou a sociedade humana por muitos milhares de anos e teve tempo para demonstrar o que pode alcançar. Se houvesse conseguido tornar feliz a maioria da humanidade, confortá-la, reconciliá-la com a vida, e transformá-la em veículo de civilização, ninguém sonharia em alterar as condições existentes...

Assim, há um contraste a respeito da religião, pois na medida que ameniza as dores dos indivíduos, também, os tornam infelizes devido estarem em um estado de buscar uma esperança, através da fé que os alimentam. Esta fé é na verdade uma forma de refugiar-se das dores que permanecem presente em suas vidas.

A Influência da Religião no Tribunal de Justiça

História do Tribunal de Justiça

O Tribunal de Justiça do Ceará foi criado em 3 de fevereiro de 1874, é um órgão que encontra-se inserido no Poder Judiciário, voltado para a jurisdição do nosso estado. De início estava situado em uma residência do Tenente Coronel Antonio Pereira de Brito e Paiva, na Rua Amélia (centro de Fortaleza), que hoje fica a Rua Senador Pompeu.

Neste sentido, foi constituído o quadro de sete desembargadores, removendo alguns dele para o Ceará, provenientes dos estados de Pernambuco, Maranhão e Bahia. Podemos destacar que o Ceará já possuía magistrados como Tristão de Alencar Araripe. Para compor o quadro de Fortaleza ficou constituído segundo Nobre (1974, p.150),

Pela remoção de Desembargadores, de três das quatro Relações antigas, tendo sido um da Bahia, outro do Maranhão, e os cinco restantes de Pernambuco, estes os de nomes Bernardo Machado da Costa Dória, José Nicolau Rigueira Costa, Mateus Casado de Araújo Lima Arnaud, Silvério Fernandes de Araújo Jorge e Manuel José da Silva Neiva. Da Relação da Bahia para o Ceará foi removido o desembargador Leovigildo de Amorim Filgueiras, completando o número de agravistas da última o desembargador João de Carvalho Fernandes Vieira, que tinha pouco mais de um ano de exercício no tribunal do Maranhão.

Através da citação percebemos que vieram para compor o quadro do tribunal magistrados de alguns estados nordestinos, com o fim de desempenhar a justiça no nosso estado. Logo, passaram a ser destaque para promover a jurisdição em um estado que passou a desenvolver uma instituição voltada para a cidadania.

Atualmente o TJ possui um novo prédio que esta localizado no Bairro de Messejana, no Centro Administrativo do governo do Estado do Ceará. Presidente atual: Des. José Arísio Lopes da Costa; Vice-Presidente: Luiz Gerardo Pontes Brígido; Corregedor Geral da Justiça: Desa. Edite Bringel Olinda Alencar e os Órgãos Julgadores, que estão divididos em: Tribunal Pleno (constituído por todos desembargadores, presidente e vice-presidente), Órgão Especial (constituído por 19 desembargadores que tem mandatos de 2 anos, Câmaras Cíveis (Composto de 4 desembargadores e 3 membros do quorum mínimo de 3 membros), Câmaras Criminais (Composto de 4 desembargadores, reunindo com quorum mínimo de 3 membros) e Conselho da Magistratura (Composto pelo presidente do TJ, vice-presidente, corregedor geral da justiça e quatro desembargadores).

Quanto a Legislação Que Rege o RH do Tribunal de Justiça

Segundo um colaborador, o Recursos Humanos foi criado no início do surgimento do TJ. Atualmente o RH encontra-se inserido na lei nº 14.311, de 20.03.09 que ressalta no título II a organização administrativa do poder judiciário do capítu-

lo I. Neste sentido o RH veio para promover o desenvolvimento humano do ambiente judiciário daquele tribunal. Segundo PINTO (2011, p. 177- 178), a esse departamento compete,

I – Divisão de Recrutamento e Desenvolvimento de Pessoal: a) realizar estudos e pesquisas sobre evasão, rotatividade, etc; II- Divisão de Pessoal: a) manter atualizado o sistema de registro dos dados funcionais dos magistrados e dos serviço, etc; III- Divisão de Folha de Pagamento: a) controlar e manter atualizados os registros financeiros dos magistrados e servidores do Poder Judiciário, etc.

Estas funções vieram organizar as atividades dos colaboradores, gerando assim, um detalhamento das atividades. Isto possibilitou através da lei conhecer melhor as funções e os cargos dos trabalhadores do tribunal de Justiça. As competências mencionadas pela lei são mais uma garantia para que estes funcionários conheçam suas funções dentro do ambiente de seu trabalho.

Esta lei encontra-se inserida no Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, em que PINTO (2011, p.379-380) ressalta no artigo 12-G:

A Secretaria de Gestão de Pessoas é o órgão central incumbido de desenvolver a administração de recursos humanos, incluindo recrutamento, seleção, treinamento e desenvolvimento do pessoal; planejamento, organização, administração e controle do quadro de Carreiras, vencimentos, vantagens e benefícios, etc.

Através desta citação, percebemos que a Gestão de Pessoas é um órgão inserido no Tribunal de Justiça, voltado para administrar o recursos humanos. Logo, promove uma serie de atividades para que todos os colaboradores conheçam o seu trabalho, como também, esclarece seus vencimentos, plano de carreiras e a disciplina que deve existir dentro do ambiente.

Pesquisa de Campo

A capela do tribunal de Justiça de Fortaleza foi inaugurada em 3 de setembro de em 1999, por uma desembargadora chamada Águeda Passos Rodrigues Martins (presidente do TJ) que possuía uma forte religiosidade católica, tendo a capela denominada Nossa Senhora de Fátima. Ainda, havia um grupo de orações, que contribuiu para a criação deste espaço religioso. No local acontecem algumas celebrações religiosas durante o mês, em especial, a cada 13 útil, acontece a missa em homenagem a Nossa senhora de Fátima as 12h. Ainda, no mesmo local durante as semanas acontece celebração do terço da misericórdia as 15h (todos os dias), como também, acontece o mistério do terço as 10h50 às 11h e na primeira sexta feira de cada mês é celebrada uma missa (12h). Existem também em datas comemorativas religiosas como a Páscoa, Natal (festa do presépio), mês de maio (coroação da santa) missas especiais, porém depende da gestão geral do TJ para a realização destas celebrações. A capela tem como responsáveis três pessoas que procuram cuidar das celebrações do lugar, sendo uma aposentada do TJ e duas funcionarias ativas.

Já o setor de Recurso Humano do TJ possui cerca de sessenta pessoas que contribuem para o desenvolvimento humano do Tribunal de Justiça. A pesquisa de campo foi realizada com 19 colaboradores dos Recursos Humanos do TJ, uma gestora de RH e uma funcionaria responsável pela capela. A pesquisa foi realizada no dia 23 de janeiro de 2012, em que fez o pedido para a realização da pesquisa desde o dia 13 de setembro de 2011.

Conversamos com umas das funcionarias chamada Anita (nome fictício) que afirmou a importância daquele espaço como sendo: “uma maneira para os servidores terem um momento de oração” — Anita administra a capela há seis anos. Ela comentou que as missas são ministradas pelo padre Gabriel do Seminário do Castelão. Sabemos que o TJ está localizado dentro do centro administrativo do governo do Ceará, então Anita afirmou que ainda, há um espaço religioso para os evangélicos e outra capela localizado no prédio do governador, onde há missas dentro do calendário do governador.

Quanto a gestora do RH, afirmou que possui mais de cem colaboradores no setor de Recursos Humanos, sendo distribuído em: folha de pagamento, gestão de pessoas e o RH. A gestora mencionou que muitos colaboradores são católicos, mas não tem idéia quantos freqüentam a capela. Quanto sua religião ela comentou que não é católica.

Os questionários foram aplicados depois de quatro meses do pedido, acredito que a burocracia faz parte do judiciário, porém dificulta o andamento de qualquer pesquisa. Logo, depois deste período conseguimos aplicá-los com 19 co-

laboradores católicos do RH, que viabilizou gentilmente este questionário.

Pelas análises dos dezenove questionários distribuídos percebemos que: nove pessoas freqüentam a capela desde a sua inauguração (11anos); destas onze, sete pessoas estão todos os dias na capela, uma pessoa vai uma vez por ano, uma pessoa ultimamente não tem ido, quatro pessoas vão uma vez por mês, outra pessoa vai geralmente todos os dias 13 de cada mês, uma pessoa é difícil ir; Quanto aos horários que irão a capela, destas nove pessoas, oito irão 12h e uma pessoa vai as 18h; Quanto a ida a capela, os nove afirmaram que sua vida melhorou, pois duas pessoas disseram trouxeram tranqüilidade e paz, uma pessoa disse recebeu graças, uma pessoa se sente bem na capela, uma pessoa disse Deus está presente, uma pessoa disse ficou mais sereno, uma pessoa disse que Deus esta presente no trabalho, uma pessoa disse faz bem assistir a missa e uma pessoa disse que foi importante ir a capela; Quanto a influencia a ida a capela, uma pessoa disse que trouxe proximidade com a capela, uma pessoa disse encontro com Deus, uma pessoa disse que trouxe muitas coisas positivas, outra pessoa disse que recebeu muitas bênçãos e graças, uma pessoa disse que trouxe serenidade, uma pessoa trouxe a participação nas missas, uma pessoa disse que influenciou pela família católica, uma pessoa disse pelo fato ser católica, uma outra pessoa disse pela paz; Quanto a sensação em está na capela cinco pessoas disseram que senti paz, uma pessoa disse senti muito amor/felicidade/ muitas glórias, uma pessoa disse senti a presença de Deus, uma pessoa

disse senti muito bem, uma pessoa disse senti contemplando o céu. Duas pessoas que são católicas disseram nunca ter ido a capela.

Em relação ao tempo dos colaboradores católicos que participam da capela de 2 anos: uma vez por semana, pela manhã, a vida dele melhorou, devido a paz espiritual, quem influenciou ir a capela foi a namorada e senti uma sensação de tranqüilidade; uma outra pessoa disse que vai sempre às missas, vai no horário do meio dia, sua vida melhorou, pois trouxe uma auto confiança, a sua ida foi influenciado devido esta passando por momentos difíceis e senti uma sensação de paz; uma outra pessoa freqüenta duas vezes por mês, no horário do meio dia, sua vida melhorou, pois é um momento de reflexão, onde é possível orar e agradecer as bênçãos recebidas.

Existe uma pessoa que ha um ano participa da capela, freqüenta quando tem missas, no horário de meio dia, a vida dele melhorou a partir da ida a capela, pois faz orações. A influencia em ir a capela é devido as missas e menciona que não tem muito tempo em ir em outros horários. Senti uma energia muito boa ao estar na capela.

Outra pessoa há mais de 3 anos participa da capela, freqüenta uma vez por mês, no horário do meio dia. Sua vida melhorou, pois relaxamento o espírito para o retorno ao trabalho e ajuda na confraternização. Ainda menciona, que sua influencia em ir foi a facilidade de acesso durante a semana em ser no ambiente do trabalho e o contato com Deus sempre traz paz. Neste sentido, afirmou que aquele espaço religioso traz paz, harmonia com os colegas e trabalho.

Outra colaboradora afirmou em participar da capela a 3 anos, “freqüenta o espaço mensalmente, não necessariamente em horários de missa, por volta das 13:30h. Sua vida melhorou ao visitar a capela, pois é um momento de exercício de fé e de crescimento espiritual. O que influenciou sua ida foi o fato de ser cristão. No tocante foi a influencia, a existência da capela a ajuda a manter a disciplina de oração”. Ela menciona que senti paz ao está lá.

Outra pessoa a 9 anos participa da capela, freqüenta 2 vezes por mês ao meio dia. Sua vida melhorou, pois senti paz interior. Sua influencia lá, foi a “ santa missa e o encontro com Jesus”. Neste sentido, senti paz, harmonia e uma sensação de bem-estar.

Tivemos outra pessoa, que participa da capela a 10 anos, freqüentando uma vez por mês no horário das 16h ou 17h. Sua vida melhorou indo a capela, pois “ajudou a colocar os pensamentos no lugar e faz surgir soluções para outros problemas”. Foi influenciada em ir, devido ser próxima do trabalho. Senti paz e tranqüilidade naquele espaço religioso.

Considerações

Podemos considerar durante este estudo que o catolicismo brasileiro é a religião oficial do Brasil, porém apesar de outras religiões já propagadas dentro do nosso país, ainda o catolicismo possui muitos adeptos. Logo, isto é visto, nos próprios ambientes públicos, que possuem espaços religiosos para desenvolver a religião católica, como algo forte nestes

ambientes de trabalho. Hoornaert (1978) menciona o conceito de catolicismo como sendo,

cimento” que une a nação, o “laço” que prende a todos, o local de reunião e confraternização entre as raças as mais diversas que compõem a nacionalidade: afirmações como estas se repetem de geração em geração, embora elas pareçam bastante levianas para quem sentiu o clima de medo e de repressão existente na colônia (p.14).

Neste sentido, podemos perceber que a religião une pessoas nos diversos países, sejam eles desenvolvidos ou não, possuindo assim, uma forte influencia na vida das pessoas. Estas influenciam sejam, da família, da sociedade, de um amigo, mas as influencias acontecem para levar pessoas a estes espaços.

Concluimos pelos vinte e dois colaboradores entrevistados, que a maioria freqüenta as missas na capela, exceto duas pessoas que afirmaram nunca ter ido à capela. Enquanto, os demais colaboradores, ou seja, oito pessoas disseram que freqüentam a capela entre um a três anos, tendo como influencia o espaço de paz e tranqüilidade e uma boa energia.

Oito pessoas que responderam ao questionário, disseram que freqüentam a capela desde sua inauguração, ou seja, a onze anos. Logos, teve influencia devido ser um local tranqüilo, por ser a casa de Deus, pela família ser católica, enfim, um local de positividade. As outras duas pessoas, freqüentam a nove e dez anos respectivamente, tendo como influencias as missas e a devoção a Nossa Senhora de Fátima, que é a padroeira da capela.

Neste sentido, as influências são bem claras, fazendo com que possamos refletir sobre o espaço de tranquilidade, positividade e a própria padroeira do local, que favorece a participação das pessoas naquele espaço. Além disso, os sujeitos que participaram da pesquisa de campo, são funcionários alguns bem antigos e outros recentes no tribunal de justiça, porém os antigos são católicos praticantes, fato bastante perceptível nas poucas conversas que tivemos.

Estas pessoas antigas que trabalha no TJ, já possuíam certa finalidade com as orações, pois a existência da criação da capela, deve também ao grupo de orações, que essas pessoas participavam. Assim, já existiam momentos de religiosidade, antes da existência da capela, em que promovia muita paz e tranquilidade para os que buscavam a palavra de Deus.

Assim, este local religioso, é um espaço que promove uma forte positividade, em que os colaboradores do RH do Tribunal de Justiça entrevistados, sentem confortável e acolhidos. No entanto, é um local de visitas, para os que procuram também amenizar qualquer tipo de problemas aos que ali possuem. São momentos de grandes reflexões, que fazem com que as pessoas permaneçam frequentando a capela.

Referências

FREUD, Sigmund. Imago editora: Rio de Janeiro, 1969.

HOORNAERT, Eduardo. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1978.

PINTO, Margarida Maria de Souza Teixeira; SOARES, Leonardo Bruno (Orgs.). Fortaleza: Editora do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, 2011.

TOLEDO, Flávio de. Editora Brasiliense: São Paulo, 1991.

NOBRE, G. S. Fortaleza: Ed. UFC, 1974.

DA GRADUAÇÃO AO COTIDIANO ESCOLAR: ALGUMAS REFLEXÕES

Taís Haney Araújo Ferreira

Graduanda em história pela Universidade Regional do Cariri-URCA. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-CNPQ.

E-mail: taishaney@hotmail.com.

Michelle Juliane Ferreira Oliveira

Graduanda em história pela Universidade Regional do Cariri-URCA. Bolsista PIBIC-URCA.

E-mail: michelleferreira1998@yahoo.com.

Introdução

Ao refletirmos sobre nosso cotidiano no âmbito que cerca a formação acadêmica e a difícil tarefa de traçar uma ponte entre essa formação e nossa atuação no cenário escolar, percebemos um imenso abismo entre estes dois mundos, os quais deveriam estar em comunhão, todavia as controvérsias existentes entre academia e a prática escolar, nos saltam os olhos, e interfere de forma inerente no cotidiano escolar.

O desafio proposto pelos temas transversais e em ênfase o da “história e Cultura Africana e Afro-brasileira” nos instigou a repensar os saberes e fazeres na graduação, espaço onde vivenciamos experiências que afetarão e nortearão nossa trajetória, olhares e práticas.

A universidade se torna para o graduando, não apenas um espaço geográfico ou intelectual, ou uma rota traçada para o mercado de trabalho. A universidade não só faz parte da nossa história de vida como emerge transformações na vida

privada e social. Portanto é um ambiente que atua de maneira efetiva no indivíduo que a habita reciprocamente.

Pensar e repensar a nossa postura diante do conhecimento e do ensino-aprendizagem na História e Cultura Africana e afro-brasileira instiga-nos a rever também a nossa formação e trazer emblemas encontrados nessa análise.

Nesse direcionamento serão pensados e expostos alguns apontamentos referentes aos principais questionamentos e dificuldades que, através da nossa vivência, da pesquisa documental e bibliográfica encontramos cotidianamente nas relações e práticas estabelecidas, e do confronto com o cotidiano, das opiniões e dificuldades compartilhadas no cenário da graduação, buscamos nos emponderar, para transpor essa reflexão para além da nossa vivência, de forma a compreender nesta construção a experiência do aluno de graduação, que é ativo e sujeito dessa história.

Formação e Ensino

A Lei 10.693/2003 estabelece a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” no currículo do ensino básico no Brasil, nas esferas, pública e privada. E esclarece em seu parecer que:

Procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata,

ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento Etnicorracial¹.

O ensino de história e cultura africana e afro-brasileira faz parte das chamadas políticas de ações afirmativas caracterizadas como “temas transversais”, ou seja, devem perpassar os conteúdos curriculares de forma a incorporar a estes valores de afirmação a valorização da identidade negra, bem como sua importância na construção da sociedade brasileira.

A inclusão do tema “diversidade étnica”, embora já tenha sido proposto na LDB de 1996, na qual em seu artigo 26 salienta que “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”², e nos parâmetros curriculares de 1997, onde aborda a diversidade como tema transversal, e atenta a necessidade e incorporação do (re) conhecimento da pluralidade, se posicionando “contra qualquer discriminação ba-

¹ BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília, 2004. P. 2.

² Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 de dez, de 1996. P. 13.

seada em diferenças culturais, de classe social, de crença, de sexo, de etnia, ou outras características individuais e sociais.”³ Veio a ser de fato preocupação e sendo gradativamente incorporada no ensino básico após tornar-se obrigatória pela lei 10.693/2003.

A tardialidade no tocante à preocupação com o tema “diversidade étnica”, não vem sendo exclusiva do ensino básico, que nesse sentido, embora obrigatoriamente, tenha avançado um pouco mais em relação a graduação, pelo menos no que condiz à preocupação com a temática.

Na graduação, onde a maioria dos cursos de licenciatura muito recentemente vem incluindo em sua grade curricular disciplinas que contemplem os temas transversais e/ou disciplinas específicas, como por exemplo a Universidade Regional do Cariri-URCA⁴, que apenas em 2011 incluiu a disciplina de “História e Cultura Africana” em sua grade curricular, constando apenas 2 (dois) créditos, equivalendo a pouco menos de 40 (quarenta) horas. Todavia as problemáticas ainda são mais profundas. A disciplina é a única na grade curricular da universidade que contempla os estudos da África e dos afrodescendentes, dessa forma questionamos esses estudos de forma quantitativa e qualitativa.

É evidente que uma disciplina com uma carga horária tão reduzida não consegue abarcar os conteúdos necessários para uma boa formação, e a ausência de um estudo mais apro-

³ BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 5/1997, aprovado em 7 de maio de 1997. Proposta de regulamentação da Lei nº 9.394/96. P. 66.

⁴ Universidade Regional do Cariri-URCA. Localizada na região do Cariri-Ce.

fundado, que, contemple a “História da África”, nos traz emblemas ainda mais profundos, a disciplina é a única que contempla estes estudos, então como estudar numa disciplina tão superficial contextos referentes a afro-descendência brasileira e os estudos da “África”, que para grande parte de alunos da graduação, o mundo africano é ainda desconhecido, pois já chegam à universidade com sua ausência e continuam ainda no desconhecimento intelectual no que diz respeito à história e cultura da África, pois a disciplina não ocupa espaço no programa do único curso de história na região do cariri.

Esse exemplo não se encontra isolado, o professor Chagas⁵ da Universidade Estadual da Paraíba corrobora:

Os conteúdos pertinentes à cultura afro-brasileira, ainda não se constituem uma realidade a toda rede pública de ensino na Paraíba. Por sua vez, os cursos de Licenciatura em História existente no estado, com exceção do curso de História da UEPB, onde a disciplina História da África é obrigatória desde 1999, e o da UFPB, e UFCG onde recentemente essa disciplina foi incluída, não se tem notícia da história da África e cultura afro-brasileira no currículo básico obrigatório de outros cursos de graduação em funcionamento no estado⁶.

⁵ Waldeci Ferreira Chagas. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB.

⁶ CHAGAS, W. F.. A Cultura Afro-Brasileira no Currículo de História: A formação do cete e a prática na sala de aula. In: XIII Encontro Estadual da ANPUH História e Historiografia: Entre o Nacional e o Regional, 2008, Guarabira. *Anais do XIII Encontro Estadual da ANPUH História e Historiografia*, Campina Grande : EDUFPG, 2008. P.1.

Essas evidências nos levam a um prognóstico de preocupação com a demanda em que teremos que atender enquanto “futuros”⁷ professores de história e a discrepância entre a nossa formação e a realidade escolar. Preocupação que nos leva a questionarmos a preparação do aluno de graduação, cuja prática necessita ser respaldada e aliada à teoria⁸.

Como este profissional trabalhará o tema “História e Cultura Africana”, se sua formação é ainda deficiente? Se a sua própria grade curricular não oferece alicerce? Como ministrará aulas com conteúdos em específico de história e cultura da África, se estes permaneceram remotos em sua vida acadêmica?

Problemáticas que percebemos logo no primeiro contato em sala de aula, seja para aqueles que já atuam, ou para os que estão tendo seu primeiro contato por meio dos estágios, já estabelecemos um contato com o corpo escolar, que nos exige conhecimento, projetos, que nos esperam com a demanda que confere ao professores e portanto que nos confere.

As carências e expectativas que nos aguardam na docência requerem de nós o que não nos é propiciado, uma preparação adequada, pois como salienta Oriá Fernandes:

Somente o conhecimento da história da África e do negro poderá contribuir para se desfazer os preconceitos e estereótipos ligados ao segmento afro-brasileiro, além de contri-

⁷ O termo “futuros” professores, se reporta a uma perspectiva de maioria, não a uma generalização, entendendo que muitos estudantes já se encontram lecionando durante a graduação.

⁸ BITTENCOURT, C. M. F.. *Ensino de História: Fundamentos e métodos*, São Paulo. Cortez Editora, 2004.

buir para o resgate da autoestima de milhares de crianças e jovens que se veem marginalizados por uma escola de padrões eurocêntricos, que nega a pluralidade étnico cultural de nossa formação.⁹

Deste modo, compreendemos a necessidade de repensarmos nossa formação acadêmica e reivindicarmos uma formação que corresponda a nossa realidade e a necessidade que a compete. Assim a atualização desta aos temas inerentes as conquistas respaldadas na Lei 10639.

Considerações

Historicamente a população negra no Brasil foi colocada à margem da sociedade e sua participação no processo de formação sociocultural permaneceu negada durante muito tempo.

Neste sentido, torna-se fundamental, por parte dos profissionais dos estabelecimentos de ensino de todo o país uma mudança de postura, tanto no campo pedagógico, quanto na dimensão das relações humanas.

Diante da pesquisa aqui realizada percebemos que, é cada vez mais evidente que a Lei 10.639/03, não tem encontrado no ensino de História o aparato necessário para fazer valer a legislação, principalmente por parte das universidades, as quais deveriam ser o ponto de apoio para àqueles que estão saindo da graduação. O recém-formado encontra uma

⁹ FERNANDES, J. R. O.. Ensino de História e diversidade Cultural: desafios e possibilidades. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 25, n. 67, p. 378-388, 2005. P. 382.

série de dificuldades para trabalhar os conteúdos inerentes à história da África, a começar pela falta de um bom material pedagógico e principalmente pela falta de conhecimento mais específico na área. A questão é: Como fazer valer a lei no ensino básico, se dentro da universidade sua presença se faz tão pouco significativa?

A ausência de um trabalho de caráter mais quantitativo e qualitativo na própria universidade refletirá de maneira indesejada na educação básica, visto que a ausência de conteúdos relativos à África acaba por deixar o recém-formado, que a partir de agora ocupará o cargo de professor, despreparado e principalmente impossibilitado de trabalhar um conteúdo do qual não teve/tem o conhecimento necessário para que pudesse reproduzir saberes inerentes à história da África, que por sua vez é participante ativa no processo de formação social e cultural brasileiro.

Com isso queremos chamar a atenção daquela que deveria ser precursora no processo de cumprimento da lei: a Universidade, principal formadora de um senso crítico, de um pensamento plural voltado para a diversidade étnica, cultural e social.

A partir do momento em que os temas transversais, em questão “a cultura africana e afro-brasileira” ganharem lugar de destaque no universo acadêmico, enquanto disciplina, poderá sim, transmitir de maneira segura e confiante para o ensino básico os conteúdos adquiridos ao longo do nosso processo de formação acerca da História da África.

Documentação

Leis e Decretos

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 de dez, de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.* Brasília, 2004.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 1/1997, provado em 26 de fevereiro de 1997. Orientações Preliminares da Câmara de Educação Básica sobre Lei nº 9.394/96.

_____. Parecer CNE/CEB nº 5/1997, aprovado em 7 de maio de 1997. Proposta de regulamentação da Lei nº 9.394/96.

_____. Parecer CNE/CEB nº 12/1997, aprovado em 8 de outubro de 1997. Esclarece dúvidas sobre a Lei nº 9.394/96 (Complementa o Parecer CNE/CEB nº 5/97). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica&catid=323:orgaos-vinculados

_____. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho Interministerial. *Contribuições para a Implementação da Lei 10639/2003: Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10639/2003.* Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/contribuicoes.pdf>.

Referências

CUNHA JUNIOR, H.. Cultura Afrocearense. In: Henrique Cunha Junior; Joselina da Siva; Cicera Nunes. (Org.). *Artefatos da Cultura Negra no Ceará.* 1 ed. 2011, v. 1000, p. 102-132.

FERNANDES, J. R. O.. Ensino de História e diversidade Cultural: desafios e possibilidades. *Cadernos Cedes,* Campinas, v. 25, n. 67, p. 378-388, 2005.

FONSECA, S. G.. *Caminhos da história ensinada.* 3ª ed. Campinas-SP: Papirus, 1995, p. 59-87.

GARCIA, R. C.. *Identidade Fragmentada: Um Estudo Sobre a Educação Brasileira (1993-2005)*. Brasília: INEP, 2007.

NADAI, E.. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 1, n.25/26, p, 143-162, set. 1992/ago. 1993.

NUNES, C.. O Ensino das Africanidades no Cariri Cearense. *Revista África e Africanidades*, v. 4, n.14/15, 2011.

BITTENCOURT, C. M. F.. *Ensino de História: Fundamentos e métodos*, São Paulo. Cortez Editora, 2004.

CHAGAS, W. F.. A Cultura Afro-Brasileira no Currículo de História: A formação do cante e a prática na sala de aula. In: XIII Encontro Estadual da ANPUH História e Historiografia: Entre o Nacional e o Regional, 2008, Guarabira. *Anais do XIII Encontro Estadual da ANPUH História e Historiografia*, Campina Grande : EDUFCEG, 2008. v. 1. p. 1-9.

ROCHA, L. C. P.. *Políticas Afirmativas e Educação: Lei 10.639/03*. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

RIBARD, F. . África, Mãe Negra do Brasil ou apontamentos para uma nova consciência multicultural. In: Kênia Sousa Rios; João Ernani Furtado Filho. (Org.). *Em tempo: história, memória e educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

AS INFLUÊNCIAS CULTURAIS BRASILEIRAS NA PRÁTICA DO ESPIRITISMO NO BRASIL

Reginauro Sousa Nascimento

Programa de Pós Graduação em Educação-Faced-UFC
E-mail: reginaurosousa@gmail.com

Maria Neurilane Viana Nogueira

Programa de Pós Graduação em Educação-Faced-UFC
E-mail: neurilaneviana@yahoo.com.br

Introdução

O processo de povoamento das terras brasileiras pelos portugueses, como afirma Freyre (1933) em *Casa Grande e Senzala*, uma das mais importantes contribuições para o estudo da formação cultural brasileira, acabou por tomar outros rumos em decorrência da *escassez de mulheres brancas entre os conquistadores*. Desse fato resulta a miscigenação largamente praticada nos primeiros momentos da colonização e que contribuíram para diminuir a distância entre os colonizadores portugueses e os negros.

Segundo Freyre (id. Ibid.), a colonização patriarcal praticada no Brasil, ao mesmo tempo que marcava a imposição imperialista da raça superior sobre a selvagem, representava também uma contínua adaptação daquela às novas condições de vida e de ambiente. Um processo semelhante ao que ocorrerá em outros processos coloniais e que no Brasil vai significar um dos traços mais marcantes da formação de nosso povo, a miscigenação.